

Carlos Alberto Santos Costa¹
Clarissa Wetzel de Oliveira²
Jeanne Almeida Dias³

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NUMA RESIDÊNCIA RURAL DE SIMÕES FILHO, BAHIA

HISTORICAL ARCHAEOLOGY AT A RURAL RESIDENCE IN SIMÕES FILHO, BAHIA

ARCHÉOLOGIE HISTORIQUE DANS UNE RÉSIDENCE RURALE DE SIMÕES FILHO, BAHIA

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e-mail: solracoteb@gmail.com.

² Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, e-mail: clarisser27@gmail.com.

³ Arqueólogos – Pesquisa e Consultoria Arqueológica, e-mail: jhanalmeida@gmail.com.

RESUMO

Neste artigo, abordamos o sítio arqueológico Simões Filho 3, situado em cidade homônima, na Bahia. Identificado em decorrência do licenciamento ambiental da rodovia BA-093, entre os anos de 2013 e 2017, o espaço foi estudado pela perspectiva da Arqueologia Histórica. As escavações arqueológicas e o repertório artefactual analisados demonstram uma ocupação, ocorrida entre o final do século XVII e século XVIII, de uma unidade residencial/doméstica isolada na zona rural, associada a indivíduos com baixo poder aquisitivo e, provavelmente, com algum tipo de influência africana. A inserção dessa ocupação no território do Recôncavo Norte, relacionada aos dados históricos conhecidos sobre a região, permite interpretar esta residência como integrante dos caminhos de circulação e comércio de gado da propriedade do Capitão-Mór Cristóvão da Rocha Pita.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia Histórica; residência rural; caminho do gado; séculos XVII e XVIII; Simões Filho/Bahia.

ABSTRACT

In this article we discuss the archaeological site Simões Filho 3, located in the homonymous city in Bahia. Identified as a result of the environmental licensing of the BA-093 highway between 2013 and 2017, the space was studied from the perspective of Historical Archeology. The archaeological excavations and artifactual repertoire analyzed demonstrate an occupation in the countryside of an isolated residential/domestic unit between the late 17th and 18th centuries, associated with individuals with low purchasing power and probably some type of African influence. The site's location, in the territory of the North Recôncavo, associated with the known historical data about the region, allow us to interpret this residence as constituent of the ways of circulation and commerce of cattle associated with the property of the Captain Cristóvão da Rocha Pita.

KEYWORDS: Historical Archeology; rural residence; cattle trail; 17th and 18th centuries; Simões Filho / Bahia.

RESUME

Dans cet article, nous abordons le site archéologique Simões Filho 3, situé dans la ville homonyme de Bahia. Identifié à la suite de l'autorisation environnementale de l'autoroute BA-093, entre 2013 et 2017, l'espace a été étudié sous l'angle de l'archéologie historique. Les fouilles archéologiques et le répertoire artefactuel analysés démontrent une occupation, entre la fin du XVIIe et le XVIIIe siècle, d'une unité résidentielle/domestique isolée à la campagne, associée à des individus à faible pouvoir d'achat et probablement une sorte d'influence africaine. L'insertion de cette occupation sur le territoire du Nord Recôncavo lié aux données historiques connues sur la région permet de interpréter cette résidence comme faisant partie de la circulation et du commerce du bétail de la propriété du Capitaine Général Cristóvão da Rocha Pita.

MOTS-CLÉS: Archéologie Historique; résidence rurale; chemin de bétail; 17e et 18e siècles; Simões Filho/Bahia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Investigações arqueológicas realizadas em licenciamentos ambientais de empreendimentos de engenharia e de exploração de recursos naturais do meio ambiente, feitas como medidas preventivas a potenciais danos ao patrimônio cultural, têm permitido a geração de inúmeros acervos arqueológicos e a construção de informações singulares sobre as ocupações pré-coloniais e históricas do Brasil. Nesse âmbito, encontram-se as pesquisas efetuadas entre os anos de 2013 e 2017, associadas à duplicação do trecho entre o km 0 e o km 14,1 da rodovia BA-093, do entroncamento de Simões Filho com a BR-324, à entrada da cidade de Camaçari, cujos acervos estão sob a guarda do Laboratório de Documentação e Arqueologia (Lada) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)¹.

Ao longo desses trabalhos, foram localizados, escavados e estudados três sítios arqueológicos na margem direita da rodovia, que indicaram distintos momentos de ocupação do território, circunscritos entre o século XVII e o século XIX. Desse conjunto de dados, apresentaremos o sítio Simões Filho 3, classificado como colonial, situado na área de influência direta do empreendimento da rodovia e no qual foram identificados fragmentos de faianças portuguesas, cachimbos modelados, cerâmica de torno simples e vidrada, materiais construtivos e moedas.

Estudado pelo viés da Arqueologia Histórica, o sítio Simões Filho 3 permitiu reconhecer a apropriação – no período colonial e para uso domiciliar/doméstico – de um setor daquilo que se convencionou chamar de zona rural de Simões Filho, cujo histórico de ocupação era desconhecido. Além disso, foram levantadas importantes reflexões sobre as razões dessa ocupação isolada no espaço em período tão recuado no tempo. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar os resultados das pesquisas de Arqueologia Histórica realizadas no sítio Simões Filho 3, que evidenciam dados novos acerca dos processos de ocupação colonial nesse setor do Recôncavo da Bahia, demonstrando o enquadramento teórico dos trabalhos, os resultados das investigações arqueológicas de campo e de laboratório e o confronto dos dados arqueológicos com os dados históricos.

UM ENQUADRAMENTO DISCIPLINAR NA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

A Arqueologia Histórica é uma subdisciplina da Arqueologia² que se orienta aos estudos dos processos de formação do mundo moderno – que tem início no século XV e vem até a atualidade – ocorridos a partir dos impactos das

¹ As atividades aqui apresentadas foram realizadas com a permissão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), via Portaria Minc/Iphan nº 200, de 15 de outubro de 2013, processo nº 01502.002353/2013-89.

² Em decorrência dessa inserção, como prática científica a Arqueologia Histórica utiliza as teorias, os métodos e as metodologias comuns à própria Arqueologia. A especificidade está, portanto, no período histórico, nos grupos sociais e no foco da abordagem, que levará esta prática a ter adequações relacionadas aos contextos estudados.

ações dos grupos socioculturais europeus sobre as demais sociedades humanas do mundo (DEETZ, 1977; ORSER JR., 1996; ORSER JR.; FAGAN, 1995; SCHUYLER, 1970; SYMANSKI, 2009). Pela natureza desse conceito, fica evidente que estamos tratando de uma forma de fazer Arqueologia que busca compreender como ocorreram os processos de ocupação das diferentes sociedades afetadas pelo avanço do colonialismo global europeu. Tal processo teve como força motriz o mercantilismo, expresso inicialmente pela expansão marítima e comercial europeia (séculos XV a XVIII), seguido da industrialização (séculos XVII e XIX) e do capitalismo financeiro ou monopolista (a partir do século XX) (HALL; SILLIMAN, 2006).

A Arqueologia Histórica, como as demais formas de Arqueologia, tem como fonte primária de informação a materialidade, isto é, as estruturas e os artefatos deixados pelos diferentes grupos sociais e utilizados como documentos que permitem entender os seus mecanismos socioculturais. Trata-se de perceber a linguagem não verbal das coisas, por meio das suas características próprias e das suas relações com os espaços, em tempos determinados (HALL; SILLIMAN, 2006, p. 11). Além desses documentos, por abordar períodos históricos conhecidos e, nalguns casos, com vínculos diretos de continuidade com grupos humanos atuais, a Arqueologia Histórica lança mão de fontes auxiliares de informação muito comuns a outros campos de conhecimento, a exemplo da Arquitetura, da Geografia, da História, da Sociologia e da Antropologia. Dentre essas fontes, podemos citar as estruturas arquitetônicas, as informações geomorfológicas e paisagísticas, os documentos escritos, as informações orais, as informações iconográficas, dentre tantas outras (ORSER JR., 1992, p. 31-57).

Neste aspecto, é importante informar que esse compartilhamento de fontes não leva a Arqueologia Histórica a figurar como procedimento auxiliar dos outros campos de conhecimento, nem a tomar os demais campos de conhecimento como auxiliares, mas afirma a condição interdisciplinar da prática. Isso porque o *savoir-faire* da Arqueologia nos estudos da materialidade confere à Arqueologia Histórica – como procedimento multifacetado e abrangente de observação do mundo pós-colombiano – uma habilidade especial para investigar a história moderna e fornecer *insights* sobre as circunstâncias históricas do mundo de hoje, a partir de um ponto de vista próprio, baseado num plano de construção de conhecimento que parte do confronto entre as informações materiais e as informações escritas (LIMA, 1993, p. 230; ORSER JR., 2001, p. 612).

Essa abordagem orientada à história moderna, quando associada aos impactos da colonização dos grupos socioculturais europeus a partir do século XV leva a Arqueologia Histórica realizada nas Américas a estudar os processos históricos a partir de dois grandes focos:

- 1- Numa escala global, observando: a circulação de objetos industrializados (louças, cerâmicas, metais, vidros); as transferências tecnológicas utilizadas nas construções de estruturas arquitetônicas; o avanço de empreendimentos comerciais e

de exploração do meio; os grandes assentamentos urbanos e as fazendas de exploração pecuária e de *plantation*; as áreas portuárias e os naufrágios. Nesses casos, de modo geral, há a possibilidade de associação dos dados arqueológicos com a documentação histórica escrita e iconográfica, em função de se tratar de ações de grupos relacionados as esferas de decisão e poder do Novo Mundo, que costumavam registrar os seus atos;

- 2- Numa escala local, por meio das novas formas de adaptação e sociabilidade ocorridas nos distintos espaços do território americano, estudando a materialidade do cotidiano, de grupos sociais esquecidos ou silenciados, tais como: os sítios de contato entre indígenas, europeus e/ou africanos/afrodescendentes; os assentamentos forçados ou de resistência de populações de matriz africana, como as senzalas, os quilombos e os candomblés; as áreas de serviços do cotidiano, como sapateiros, alfaiates, quituteiros etc. Nesses casos, a documentação escrita é bastante rarefeita, de forma que a Arqueologia Histórica cumpre um papel importantíssimo de revelar, pela leitura e interpretação da materialidade, a história de grupos e sujeitos socioculturais subalternizados, reprimidos e/ou “invisibilizados”.

Na América do Norte (Estados Unidos e Canadá), os estudos e o desenvolvimento da Arqueologia Histórica têm sido bastante consistente, com os primeiros trabalhos remontando à segunda metade do século XIX (FUNARI, 1999; MAJEWSKI; GAIMSTER, 2009; ORSER JR., 2001). Na América do Sul, a Arqueologia Histórica começa a ser desenvolvida a partir dos anos de 1960, embora as investigações sistemáticas orientadas para a subdisciplina tenham se iniciado nos anos de 1980 (ORSER JR., 1999, p. 571; ZARANKIN, 2007, p. 19). No Brasil, ainda que existam registros de trabalhos arqueológicos caracterizados como históricos já nos anos 30 do século XX, foi também a partir dos anos de 1960 que a Arqueologia Histórica passou a ser formalmente desenvolvida. Espelhando o mesmo cenário assistido na América do Sul, os primeiros trabalhos brasileiros tiveram natureza fortemente arqueográfica (LIMA, 1993, p. 226), sendo que as perspectivas mais teórico-reflexivas foram adotadas a partir dos anos de 1990 (FUNARI, 1997; LIMA, 1993; SYMANSKI, 2009; ZARANKIN, 2007).

Na Bahia, os trabalhos de Arqueologia Histórica são caracterizados como circunstanciais, motivados pela obrigatoriedade de atividades arqueológicas associadas a licenciamentos ambientais. Em razão dessa característica, foram realizadas intervenções em espaços religiosos (COSTA, 2011; ETCHEVARNE, 2001; ETCHEVARNE *et. al.* 2018; GORDENSTEIN, 2016; NASCIMENTO, 2004; TAVARES, 2006), cidades históricas coloniais e pós-coloniais (COSTA, 2005; COSTA *et. al.*, 2011; ETCHEVARNE, 2000, 2001; ETCHEVARNE; COSTA, 2018; NAJJAR, 2010; SOUSA, 2006; ZANETTINI, 1996), embarcações naufragadas (DURAN; RAMBELLI, 2015; MELLO NETO, 1976/1977; TORRES, 2016), áreas de engenhos de açúcar (COSTA *et. al.*, 2018; ETCHEVARNE, 2017; FERNANDES, COSTA, 2009; NASCIMENTO, 1999) e residências rurais isoladas (SYMANSKI, 2001; COSTA; COMERLATO, 2018; COSTA *et. al.*, 2015). Embora pontuais, algumas das atividades

atingiram profundidade na investigação científica, o que permitiu dados novos para a historiografia baiana.

No âmbito dessa discussão, o estudo do sítio Simões Filho 3 exerce fundamental importância, por se caracterizar como revelador de dados desconhecidos para a historiografia colonial da Bahia. Pela materialidade observada – a qual, à frente, será mais profundamente discutida –, trata-se da cultura material de grupos que não participavam das esferas de decisão e poder, anteriormente denominados subalternizados, reprimidos e/ou “invisibilizados”, de forma que suas histórias só são passíveis de ser contadas via os documentos arqueológicos.

OS PROCEDIMENTOS DE CAMPO E A DELIMITAÇÃO DO SÍTIO

O sítio Simões Filho 3 encontra-se em área limdeira à BA-093, na margem direita da rodovia, no sentido de Simões Filho a Camaçari, na altura do km 9, próximo à comunidade quilombola Dandá e a 3 km da comunidade quilombola de Pitanga Palmares. O sítio está na meia encosta, numa área da colina em que se desenvolve um platô; portanto, num espaço menos íngreme (ver perfil topográfico na imagem 2). Na ocasião dos trabalhos arqueológicos, a área apresentava cobertura vegetal de gramíneas e árvores de pequeno porte; atualmente a área foi alterada e conforma taludes de segurança, terraplanados à margem da rodovia para evitar escorrimento de sedimentos para a faixa de rolagem de veículos.



Figura 1 – a) Imagem aérea de parte da América do Sul, com a delimitação administrativo-territorial do Brasil; b) ampliação da imagem aérea, com foco no estado da Bahia, na qual o ponto amarelo corresponde ao sítio Simões Filho 3; c) ampliação da imagem aérea com foco na península que delimita Salvador e parte do Recôncavo Norte, em que se evidencia no ponto amarelo a disposição espacial do sítio Simões Filho 3 em relação aos principais conglomerados urbanos contemporâneos (pontos vermelhos) à sua ocupação; d) ampliação da imagem aérea de janeiro de 2013, na qual se demonstra no setor tracejado em vermelho a área do sítio à margem da rodovia BA-093, antes da terraplanagem de requalificação da estrada e, tracejado em azul, a mesma área em imagem aérea de março de 2018, após a terraplanagem. Fotos aéreas: Google Earth, 2020.

Para as escavações arqueológicas nesse setor, foram executados três procedimentos de natureza amostral, a fim de maximizar informações sobre o espaço, otimizando as intervenções arqueológicas (RENFREW, BAHN, 1993, p. 65-106), buscando compreender o processo de formação do registro arqueológico (SCHIFFER, 1987). Assim, foram adotados como procedimentos de intervenção:

1. Varredura e coleta de materiais depositados em superfície, por meio de quadriculamento de 4 x 3 metros. Uma vez reunidas a informação do material disperso sobre o solo, foram elaborados croquis da área, observando os locais de concentração dos materiais.
2. Nos referidos locais de concentração, foram realizadas sondagens de 1 x 1 metro, distantes entre si 2 metros, com o objetivo de observar a continuidade de distribuição vertical dos artefatos, além de levantar informações sobre a estratigrafia e/ou a presença de vestígios arquitetônicos associados aos materiais arqueológicos. Adicionalmente, foram realizadas sondagens com igual padrão fora das áreas de concentração de materiais em superfície, para verificar os limites do sítio e assegurar o tamanho do pacote estratigráfico.
3. Nas áreas de baixa concentração de materiais arqueológicos depositados na superfície, foram realizadas trincheiras de 5m de comprimento por 0,50 m de largura, com a finalidade de verificar a eventual continuidade dos contextos de subsuperfície.

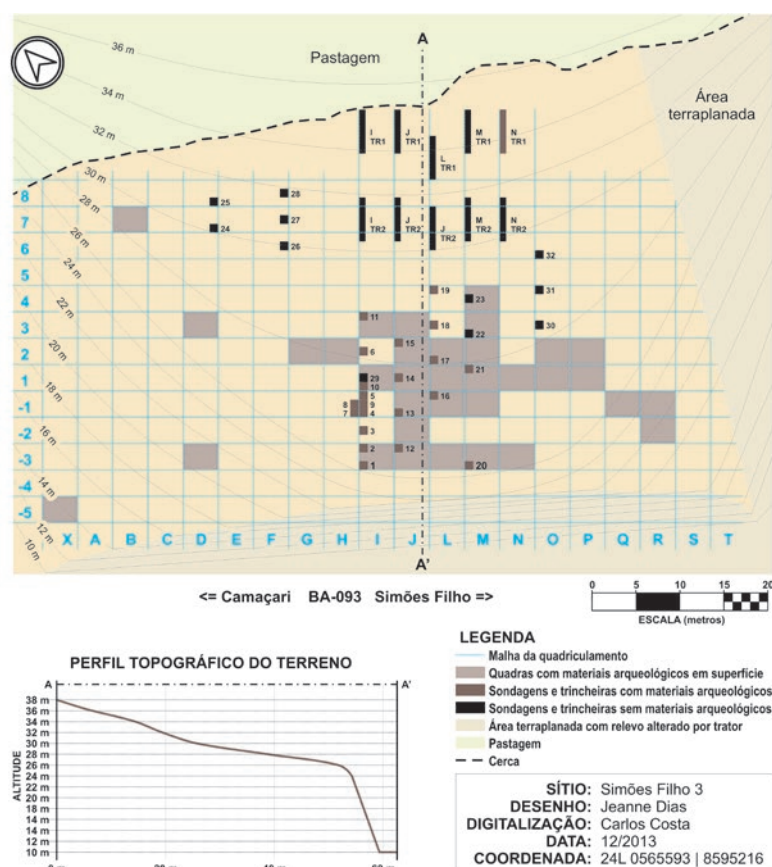


Figura 2 – Planta de situação do sítio Simões Filho 3, com a identificação da malha de quadriculamento para varredura de superfície, sondagens, trincheiras e correlação da distribuição dos materiais depositados em superfície com os de subsuperfície, além da identificação da topografia. Desenho: Jeanne Dias, 12/2013. Digitalização: Carlos Costa.

Ao todo foi realizada varredura sistemática de superfície em 3.500 m², escavadas 33 sondagens e 10 trincheiras, com controle estratigráfico artificial de 10 em 10 cm e peneiramento sistemático dos sedimentos. Todos os procedimentos foram objeto de documentação arqueológica, representada por registro fotográfico, elaboração de croquis, plantas baixas, perfis estratigráficos e descrições detalhadas dos contextos.

A correlação das informações obtidas por meio desses procedimentos permitiu indicar um setor de concentração dos materiais, com possibilidade de identificação da ocupação, com relações no tempo e no espaço. Apesar de o contexto arqueológico estar bastante degradado, os materiais remanescentes asseguram o episódio específico de apropriação da área. Inquestionavelmente, trata-se de um sítio histórico com uma ocupação do período colonial relacionada a uma residência – interpretação que será melhor compreendida a partir da análise dos materiais coletados.

OS MATERIAIS E A INTERPRETAÇÃO DO CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O universo artefactual arrolado após a triagem é composto por 642 fragmentos, entre eles: 1 broche; 1 cravo; 2 moedas; 3 cachimbos; 9 cerâmicas sem possibilidade de identificação de técnica; 139 cerâmicas de torno simples; 243 cerâmicas de torno vidradas; 84 cerâmicas modeladas; 136 faianças portuguesas; 8 líticos; 1 malacológico; 1 telha; 12 vidros; 2 amostras de terra queimada. Além disso, nas escavações, foi identificado um trecho do chão batido e queimado, a 50cm de profundidade. Esse conjunto, associado às tipologias de cada categoria de material, a distribuição e isolamento espacial e cota topográfica de localização permitem afirmar que se trate de um único episódio de ocupação.

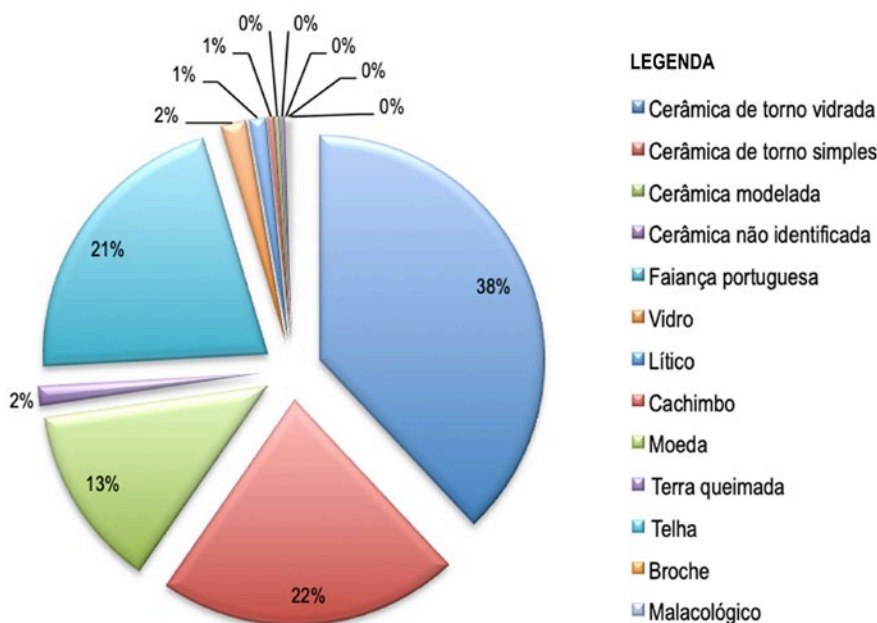


Figura 3 - materiais do sítio Simões Filho 3.

Do ponto de vista estratigráfico, são identificados materiais da superfície até os 50 cm de profundidade; num caso pontual, na SD1, foram identificados materiais até os 70 cm. Objetivamente, durante as intervenções se percebeu que a estratigrafia do sítio é pós-deposicional, pois corresponde a material carreado por ação pluvial, após o desmatamento da colina, e redepositado nos setores de meia encosta e sopé. Justamente por isso, em níveis estratigráficos tão distintos, que vão da superfície aos 70 cm, localizam-se materiais com relativa associação espacial, correlação tipológica e histórica.

Os fragmentos cerâmicos corroboram com a interpretação de este sítio ser uma pequena residência, com aparecimento de painéis, caçarolas, alguidares, pratos, entre outros utensílios de uso diário, sendo a maioria deles de cerâmica vidrada (243 peças, 38% da amostra). Os outros tipos presentes foram fragmentos de cerâmica torneada e cerâmica modelada. Desta última técnica de confecção (84 artefatos, 13% da amostragem), $\frac{1}{4}$ representa alças, asas e tampas, e os $\frac{3}{4}$ restantes, identificados como assadores e vasilhames de médio/grande porte, foram qualificados como cerâmica neobrasileira, em sua maioria, alisada.



Figura 4 - Nas imagens A demonstram-se diferentes perspectivas de grandes fragmentos de uma panela cerâmica. Na imagem A.1 apresenta-se a face externa alisada, com uma pequena alça em forma de semicírculo posicionado na horizontal, com concavidade voltada para cima, e presa no terço superior do objeto. Ainda na face externa é possível se ver: uma incisão horizontal dando uma volta inteira na peça, na altura da alça; a borda reforçada em forma cilíndrica; no fragmento à esquerda, uma marca de vidrado resultante de escorrimento durante a fabricação; e marcas de fuligem, que sugerem o uso para cocção. Na imagem A.2 vê-se a face interna de um dos fragmentos da mesma panela, onde é possível se ver a superfície vidrada e as marcas da fabricação por torno. Na imagem B demonstra-se a face externa de um alguidar, com superfície alisada, na qual é possível se perceber as marcas da técnica de fabricação, o torno, e a borda reforçada em forma cilíndrica. Ambos os objetos apresentam queima completa. Fotos: Clarissa Wetzel, 04/2014.

O estudo morfológico da faiança portuguesa aponta para peças mais delicadas, como pequenas tigelas e pratos fundos de uso à mesa (para servir ou comer o alimento). Dentre as peças, 22% não apresentavam decoração e em 78% constatou-se decoração pintada à mão, em azul sobre branco, com poucas variações nos motivos e cenas, estando 60% da amostragem em tamanhos muito pequenos para identificação.

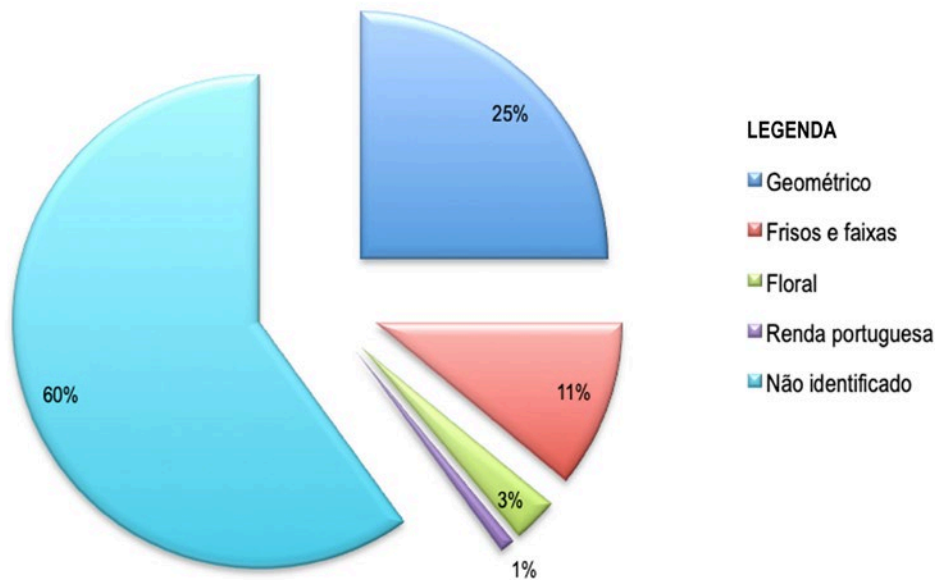


Figura 5 – motivos decorativos da faiança portuguesa do sítio Simões Filho 3.

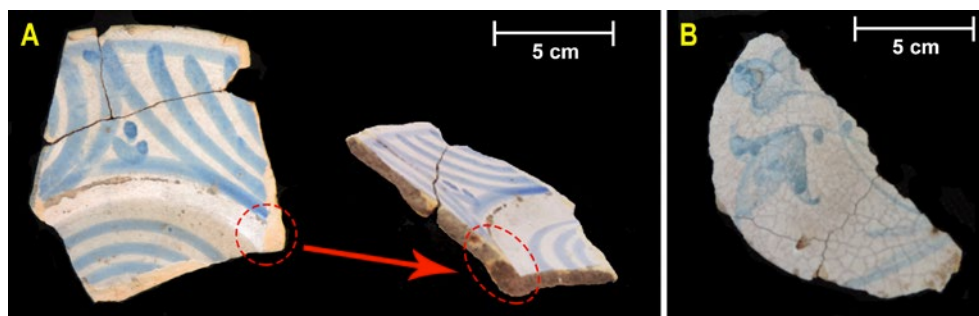


Figura 6 – À esquerda, na imagem A tem-se um fragmento de base de um prato fundo de faiança portuguesa com motivos decorativos semicirculares. À direita, na imagem B demonstra-se um fragmento de base de um prato de faiança portuguesa com motivos decorativos florais. Todos os fragmentos, azul sobre branco. Foto: Clarissa Wetzel, 04/2014.

Comparando os dados do conjunto de faianças portuguesas coletado no sítio Simões Filho 3 com os estudos realizados por Paulo Tadeu Albuquerque na dissertação “Faiança Portuguesa: um demarcador cronológico na arqueologia brasileira” (ALBUQUERQUE, 2001), por Marcos Antônio Gomes de Mattos de Albuquerque e equipe disponível no acervo do site “Brasil Arqueológico” (<http://www.brasilarqueologico.com.br/>) e pela classificação de Tânia Manuel Casimiro apresentada no artigo “Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística” (CASIMIRO, 2013, p. 362-363), é possível caracterizar tal conjunto, enquadrando-os na produção portuguesa essencialmente inspirada em motivos regionais e

simples, basicamente em azul sobre esmalte branco, datando aproximadamente do último quartel do século XVII ao início do XVIII.

O tratamento decorativo simples dado a esse conjunto – na sua maioria, de semicírculos concêntricos, faixas e frisos, sendo comumente encontrado em grande parte dos contextos arqueológicos coloniais – indica que estamos diante de uma produção de maior consumo e, por conseguinte, de menor valor monetário e maior difusão nas camadas sociais menos favorecidas economicamente. Acerca dessa aspecto, João Pedro Gomes demonstra que a identificação desse tipo de louça nos contextos arqueológicos representa “um perfeito exemplo da ‘democratização’ da utilização de cerâmica vidrada decorada na segunda metade do século XVII, momento em que assistimos a uma regularização no envio de ‘louça branca’ para o território brasileiro” (GOMES, 2011, p. 194).

Além de objetos cerâmicos de uso nos serviços de cozinha e mesa, foram localizados três cachimbos cerâmicos, todos moldados. As análises dos artefatos não possibilitam falar sobre o seu portador, mas acredita-se que sejam de origem africana, uma vez que, para além das referências ao hábito de fumar, as formas e decorações podem estar relacionadas a mensagens de autoafirmação e identidade étnica expressas por parte de seu usuário diante da fragmentação promovida pelo sistema europeu de trabalho (LIMA *et. al.*, 1993, p. 189). Nesse sentido, Camilla Agostini identifica os cachimbos como uma rica base de estudos das escolhas conscientes de decoração, tendo em vista que estas se relacionam estritamente com seu portador (AGOSTINI, 2009, 2018). Apesar desta ilação, não se teve acesso, até o momento, a trabalhos que sistematizassem os motivos decorativos em cachimbos para então aprofundar o estudo daqueles encontrados no sítio.



Figura 7 – Lateral direita, lateral esquerda e face superior de cachimbo moldado com decoração plástica em alto relevo, formando linhas paralelas horizontais e ziguezagues. Fotos: Clarissa Wetzel, 04/2014.

Em síntese, a tipologia dos materiais cerâmicos (as faianças e demais cerâmicas) aponta para um repertório artefactual eminentemente associado a trilha doméstica (tigelas, pratos, copos, jarras, panelas, alguidares). Os padrões das faianças portuguesas – que, no presente caso, correspondem aos mais baratas, mais comuns, de menor qualidade técnica e de maior circulação comercial –, associados ao singelo repertório cerâmico, sugerem que os antigos habitantes desse espaço eram indivíduos com menos posses. A proporção de objetos feitos com cerâmica de torno simples, cerâmica de torno vidrada e cerâmica modelada em comparação às faianças portuguesas é de 3/4 do universo analisado, o que corro-

bora com o argumento do baixo poder aquisitivo. Os três cachimbos cerâmicos correspondem a peças moldadas, com padrões associados, na literatura arqueológica, aos fabricados por grupos com influência africana (AGOSTINNI, 2009, 2011, 2018; PAIVA *et. al.*, 2015). Neste caso, como as associações são consideradas mal-sucedidas (ALVES, 2016, p. 1106), tomaremos esses cachimbos como uma possibilidade interpretativa.

Os padrões das faianças portuguesas situam cronologicamente essa ocupação no final do século XVII e século XVIII. Embora não sejam elementos dos mais precisos para uma datação relativa, em decorrência da consistência tipológica e cronológica do contexto, duas moedas coloniais identificadas nas intervenções arqueológicas, de 1697 e 1768 (RUSSO, 1986, p. 115 e 227), têm período coincidente com as possibilidades temporais apresentadas pelas faianças portuguesas, o que afina a periodicidade do sítio.



Figura 8 – Acima, anverso e reverso de moeda encontrada no sítio Simões Filho 3, de 1768; abaixo, anverso e reverso de moeda de catálogo, para fins de comparação. Moeda de cobre, de V réis, com tamanho de 25mm e peso 3,58g, cunhada na Casa da Moeda do Rio. Essa moeda foi cunhada em 1768, durante o reinado de D. José I – O Reformador (1750-1777). No anverso, percebe-se no campo o algarismo romano do valor entre dois florões, encimados pela coroa real, tendo por baixo a data entre pontos, dentro de um círculo de pérolas, interceptados pela coroa, além da legenda “JOSEPHUS. I. D. G. P. ET. BRASIL. REX”; no reverso, se lê a legenda “PECVNIA. TOTVM. CIRCVMIT. ORBEM.”, e, no centro, esfera armilar sem letra monetária. Fonte: Lada/UFRB e <http://www.moedas-dobrasil.com.br>.



Figura 9 – Acima, anverso e reverso de moeda encontrada no sítio Simões Filho 3, de 1697; abaixo, anverso e reverso de moeda de catálogo, para fins de comparação. Trata-se de moeda de prata, de 80 réis, com tamanho de 20mm e peso 2,41g, cunhada na Casa da Moeda da Bahia. Esta moeda foi cunhada entre 1695 a 1697, durante o reinado de D. Pedro II – O Pacífico (1638-1706). No anverso, vê-se escudo sob coroa estreita e legenda “PETRVS. II. DG. PORT. REX. B. D.”; no reverso, lê-se “SVBQ. SIGN. NATA. STAB”. Fonte: Lada/UFRB e <http://www.moedasdobrasil.com.br>.

Sendo assim, os dados levantados nas escavações nos permitem assegurar que o sítio em análise era uma antiga área doméstica, muito provavelmente de uma residência rural, considerando-se o afastamento geográfico de conglomerados urbanos da época, cujos moradores viviam sem muitos luxos. Apesar de o sítio ter sido bastante perturbado (além da ação do tempo, a região sofreu modificação significativa com a construção da BA-093, na década de 1960) e não terem sido descobertos vestígios imóveis de moradia (tais como paredes e alicerces), a presença de um piso de chão batido – estrutura produzida pelo acúmulo de detritos sedimentados condensados por pisoteamento – e a dispersão dos materiais no contexto arqueológico encontrado auxiliam inferir a existência de um pátio de descarte, estrutura comum nas residências rurais e urbanas do Brasil até o século XIX (TOCCHETO, 2005, 2004; TOCCHETO *et. al.*, 2001).

De acordo com Leila Mezan Algranti, nas pequenas residências coloniais – como possivelmente seria o sítio Simões Filho 3 –, a sala de refeições ou varanda de uso familiar localizava-se nos fundos da edificação, num recinto anterior à cozi-

nha, espaço onde era a zona mais íntima, vedada *a priori* aos visitantes, de acesso apenas à família (ALGRANTI, 1997, p. 99). Do mesmo modo, a unidade de trabalho doméstico não se restringia à sede principal, sendo comum encontrar “nos fundos” inúmeras estruturas: quintais, pomares, hortas e anexos (como moendas, fornos, poços e fontes de água). Diante de um cotidiano muito voltado para a privacidade da casa, era na parte dos fundos que a vida doméstica se desenvolvia intensamente, sendo ali espaço de lazer e de trabalho, destinado ao convívio, cuidado dos animais, plantio e às atividades desenvolvidas pela senhora da casa e por escravos (ALGRANTI, 1997, p. 91-95). Longe dos olhares, dentro de sua intimidade, a prática de descarte de lixo no quintal, herança portuguesa, parecia óbvia.

Fato que chama a atenção é que se trata de uma residência que aponta para uma alta profundidade cronológica, isolada e fora dos eixos decisórios de poder. Não podemos afirmar quem eram os indivíduos que estavam nesta casa; mas, por outro lado, a Arqueologia nos possibilita dados únicos acerca de um setor do território de Simões Filho, cuja ocupação histórica do final do século XVII e século XVIII era desconhecida.

UMA POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO DO SÍTIO SIMÕES FILHO 3 NO CONTEXTO HISTÓRICO REGIONAL

A análise dos contextos arqueológicos demonstra uma residência colonial, isolada entre correntes d'água e conglomerados: ao leste, a Vila Nova de Abrantes do Espírito Santo (atual Abrantes, em Camaçari); ao nordeste, a freguesia de Santo Amaro de Ipitanga e a Feira de Capuame (atual Dias D'Ávila); ao oeste, a freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Matoim (atual Candeias); e, ao sul, a cidade da Baía de Todos os Santos (Salvador) (ver imagem 1, C). Não há vestígios de atividade produtiva de grande escala, como a açucareira ou fumageira, apenas um cabedal de utensílios de copa/cozinha e aparelhos de mesa. Assim, perguntamo-nos: o que estariam essas pessoas realizando no local?

Cabe lembrar que, quando estudada, a cultura material não pode ser dissociada de seu entorno, da sua paisagem. Assim, mostrou-se importante o levantamento histórico-geográfico da região em que está inserido o sítio Simões Filho 3. Conhecido originalmente como Água Comprida, devido ao grande fluxo de águas existentes na periferia e no centro da localidade, o município de Simões Filho era parte integrante da região de Cotegipe, local dado por sesmaria a Sebastião Alves e vendido a Antônio da Rocha Pita (entre 1680 e 1690). Esta área, segundo o “volume II - Monumentos e Sítios do Recôncavo”, do “Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia” (IPAC-BA, 1982), passaria a ser posse de seu neto, o Capitão-Mór Cristóvão Rocha Pita³, no início do século XVIII, onde este teria re-

³ Membro destacado da elite baiana. O inventário do Capitão Cristóvão da Rocha Pitta não foi localizado no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), embora tivesse sido mencionado e analisado no trabalho de doutorado de Maria José Rappassi Mascarenhas, intitulada “Fortunas coloniais: elite e riqueza em Salvador (1760-1808)” (MASCARENHAS, 1999).

construído o Engenho Freguesia, hoje Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, e unido aos engenhos Caboto e Matoim.

Nesse período, a cidade da Baía de Todos os Santos, atual Salvador, bem como todo o Recôncavo, mostrou-se uma grande praça mercantil. Segundo Luís dos Santos Vilhena, “uma das mais comerciais das colônias portuguesas”, ponto de convergência e irradiação de rotas comerciais terrestres e marítimas (VILHENA, 1969, p. 56). Aliás, esse caráter comercial manteve a importância da Bahia após 1763, quando esta perdeu o papel de sede da Colônia (SOUSA, 2012, p. 7-8), destacando-se por sua produção açucareira⁴, de tabaco, algodão e, claro, por seu comércio de escravos.

Concentrando grande parte da população da Capitania⁵, Salvador e o Recôncavo demandavam gêneros alimentícios para se manter. Por conta disso, uma ampla rede de subsistência se difundiu, principalmente a produção de gado vacum e farinha de mandioca. Enquanto a produção de mandioca e outros itens hortifrúti vinham do Recôncavo em barcos e saveiros para o porto de Água de Meninos, a carne vinha do Sertão, pelo Caminho do Gado (Imagem 8), passando pela conhecida feira de Capuame (hoje, região de Dias D’Ávila) antes de chegar aos matadouros de Salvador e, de lá, ser distribuída aos engenhos de açúcar da região do Recôncavo (SOUSA, 2012, p. 37).

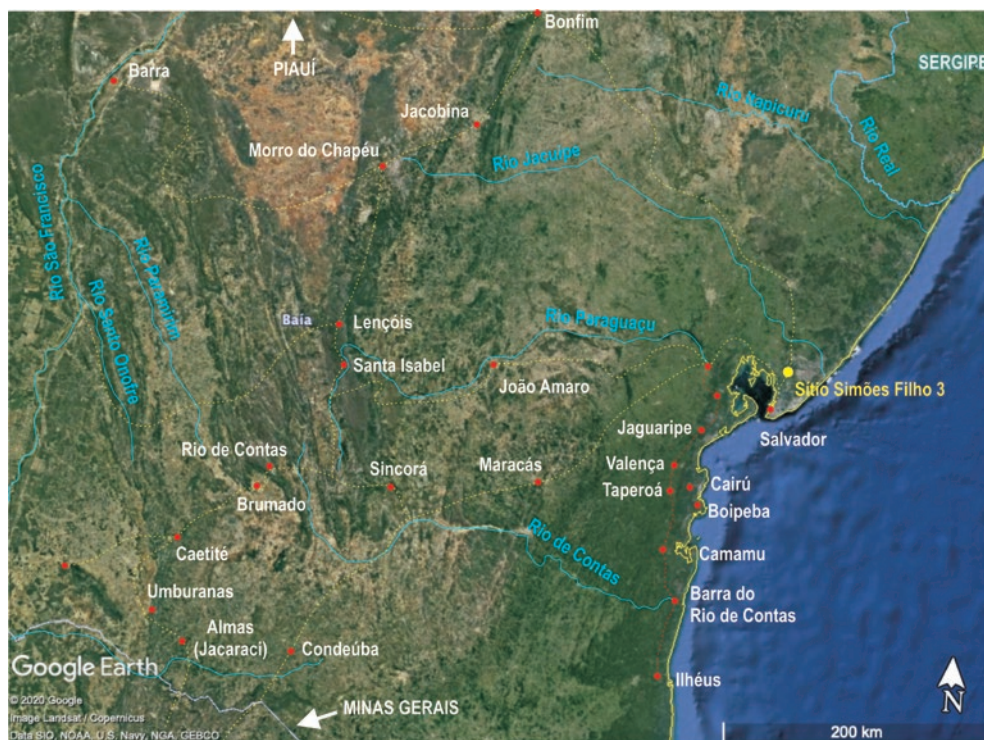


Figura 10 – Caminho do gado apresentado por Erivaldo Fagundes Neves e Miguel Antonieta sobreposto a imagem aérea do estado da Bahia. Tracejado em amarelo, o denominado Caminho do gado; tracejado em laranja, o Caminho da Costa. Os pontos vermelhos as principais paragens do Caminho do gado. O ponto em amarelo corresponde ao sítio Simões Filho 3. Fonte: NEVES & MIGUEL, 2007, p. 209. Foto aérea: Google Earth, 2020.

⁴ Em 1802, só na região do Recôncavo, havia 400 engenhos (VILHENA, 1969, p. 57).

⁵ Segundo Thales de Azevedo, a capitania da Bahia contava com cerca de cem mil habitantes, 40% deste número na Salvador de 1759 (AZEVEDO, 1969, p. 150-190).

Este e outros caminhos foram descritos pelo sertanista baiano Joaquim Quaresma Delgado. Autorizado por portaria e recebendo vencimentos da Fazenda Real, Joaquim Quaresma empreendeu entre 1731 e 1734 expedições pelos sertões da Capitania da Bahia, Ilhéus e Porto Seguro, descrevendo os caminhos percorridos, condições de percurso e paragens. Em 1731, realizou o Caminho do Gado, que levava de Salvador a Jacobina, passando por Água Comprida (Simões Filho) e pela Feira de Capuame (Dias D'Ávila), conforme trecho abaixo:

Até Agoas Compridas 3 e ¾. Da Duquiricanga a Feira duas legoas e meia e tem conveniencia de pastos, e duas casas com moradores, e ranxos para passageiros. Das Agoas Compridas ha legoa e um quarto e ranxo e agoa certa em um riacho mais adiante das casas logo, e aqui tem seu morador com sua roça etc. e pastos” [Grifo nosso] (DELGADO, 1731 *apud* NEVES, MIGUEL, 2007, p. 68).

Todo rebanho de gado com destino ao abastecimento da cidade da Baía de Todos os Santos e do Recôncavo tinha passagem obrigatória pela Feira de Capuame e, por consequência, por Água Comprida. A provisão de gado era controlada pela Câmara Municipal através da arrematação da renda dos talhos, delegando, portanto, a um negociante a responsabilidade de encaminhar as reses vindas de Capuame ao Matadouro Público e posteriormente aos Açougues e Talhos espalhados pelas freguesias urbanas e suburbanas (SOUSA, 2012, p. 151-156; HENRIQUE, 2014). Proibindo que o comércio de carne ocorresse de forma livre e fora dos locais predeterminados, os funcionários da Câmara tinham por intuito também manter seu monopólio sobre tão lucrativo negócio, fruto de 71,89% da renda municipal entre os anos de 1701 e 1767, correspondendo, entre 1768 e 1800, a 85,86% do total arrecadado por meio das Arrematações da Câmara (SOUSA, 2012, p. 166-167).

Em pesquisa extensa sobre os “Livros de Registros de Entrada de Gado” na Feira de Capuame, a historiadora Juliana da Silva Henrique nos elucida uma série de questões referentes às negociações que envolviam a compra/venda/distribuição de gado, citando inúmeras vezes o nome do Capitão-Mór Cristóvão da Rocha Pita. Segundo a pesquisadora, os irmãos Rocha Pita possuíam muitos currais espalhados pelo Alto Sertão, bem como muitos condutores que levavam os rebanhos até a Feira. Era comum também que o Capitão-Mór confiasse seu rebanho a escravos, o que se fazia necessário quando estes eram condutores-chefes da jornada (HENRIQUE, 2014, p. 43).

Não satisfeito com as boas vendas, o mesmo Cristóvão da Rocha Pita, a fim de aumentar sua lucratividade nos negócios, solicitou isenção de taxas e licença para encaminhar gado diretamente ao Recôncavo baiano, com o argumento de ser um reconhecido dono de unidades produtivas que necessitavam das reses e bois mansos para manter seus engenhos funcionando. Esta isenção, recebida em forma de mercê do governador da Capitania, desobrigou Cristóvão da Rocha Pita do pagamento fixado em \$500 (quinhentos réis) por cabeça de gado,

impreterivelmente quitados na hora do registro da boiada, em dinheiro “vivo”. O privilégio de isenção era dado preferencialmente à elite de produtores, possivelmente àqueles que possuíam uma quantidade maior de escravos, maior volume de produção e certamente um sobrenome influente (HENRIQUE, 2014, p. 44).

Outra possível vantagem de que o Capitão-Mór pôde usufruir diz respeito ao empastouramento de rebanhos nas redondezas da Feira de Capuame. Segundo Henrique, a região onde estava localizada a feira era cercada por fazendas e sítios pertencentes na maioria dos casos aos comerciantes locais e até mesmo aos marchantes, nos quais comumente algumas boiadas ficavam “ao pasto” (HENRIQUE, 2014, p. 38). Isso ocorria somente nos momentos de grande concentração de boiadas na feira ou quando a quantidade de reses estipulada para abastecimento já havia sido atingida. Nesse caso, os rebanhos empastourados tinham prioridade nas próximas transações.

Assim, acredita-se que o sítio Simões Filho 3 possa ser um destes sítios entrepostos, localizado estrategicamente entre a Feira de Capuame, a Cidade da Baía de Todos os Santos e o interior do Recôncavo. Pela disposição espacial, há uma possibilidade de este sítio pertencer ao Capitão-Mór Cristóvão da Rocha Pita, visto que estaria localizado em propriedade deste. O repertório artefactual não parece demonstrar que se refira a um espaço de convívio da família do Capitão-Mór, apenas local de uso de seus condutores, haja vista não sugerir uma estrutura residencial, indo ao encontro de nossas leituras arqueológicas sobre o espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento histórico da ocupação da região do Recôncavo baiano é relativamente bem explorado pelas pesquisas históricas. Contudo, tais estudos alcançam pouco a esfera do cotidiano comum, das micro-histórias, na medida em que se baseiam majoritariamente na documentação escrita e, portanto, refletem mais o registro do interesse das parcelas sociais que detinham os mecanismos de escrita, controlavam as informações e participavam das esferas de poder. Pela natureza e limitação da fonte, muito do cotidiano das populações mais simples, que empreenderam esforços locais para o avanço e estabelecimento dos empreendimentos coloniais, passa despercebido. Nesse contexto, a pesquisa de Arqueologia Histórica realizada no sítio Simões Filho 3 evidencia o alcance e a natureza das ocupações circunscritas nesta área do território, cujas notícias eram reverberadas por meio de ilações advindas da documentação histórica. Agora, passamos a ter um marco físico passível de associação com os contextos históricos conhecidos.

As pesquisas arqueológicas no sítio Simões Filho 3 trouxeram ao lume a história material de uma residência rural, cronologicamente situada entre o final do século XVII e o século XVIII, ocupada por indivíduos que tinham relações estreitas com os setores de circulação de mercadorias importadas (tais como as

louças portuguesas) e serviços, mas, indubitavelmente, de baixo poder aquisitivo e isolados na zona rural. As interpretações paralelas possibilitam sugerir que eles tenham sido de indivíduos africanos e/ou afrodescendentes, ou com algum tipo de influência africana, ante a presença de cachimbos com signos associados a grupos culturais deste continente. Ademais, pela temporalidade, inserção espacial e relação com caminhos de circulação e comércio de gado, sugere-se como possibilidade este espaço ter sido utilizado por condutores de gado e estar associado à propriedade do Capitão-Mór Cristóvão da Rocha Pita.

Enfim, os dados arqueológicos aqui expostos ilustram uma das facetas da formação do mundo moderno a partir dos efeitos do avanço do colonialismo global europeu expressos no Estado da Bahia, e assim evidenciam a materialidade histórica de grupos invisibilizados na historiografia oficial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Camilla. Cultura material e a experiência africana no Sudeste oitocentista: cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens. **Topoi**, Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, v. 10, n. 18, p. 39-47, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X010018004>. Acesso em: 17 fev. 2020.

AGOSTINI, Camilla. **Mundo Atlântico e Clandestinidade**: dinâmica material e simbólica em uma fazenda litorânea no sudeste, século XIX. 2011. 188 p. Tese (Doutorado em História) – PPGH, UFF, Niterói, RJ, 2011.

AGOSTINI, Camilla. “Cachimbos de escravos”? Miudezas do cotidiano entre malungos, irmãos e alteridades. In: CHEVITARESE, A. L. *et al* (Orgs.). **Dos artefatos e das margens**: ensaios da história social e cultura material no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7Letras, 2018, p. 11-37.

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza. **A Faiança Portuguesa**: um demarcador cronológico na Arqueologia Brasileira. 2001. 200 p. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UFPE, Recife, PE, 2001.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernanda; SOUZA, Laura de Mello e (Orgs.). **História da Vida Privada no Brasil** – cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 83-155.

ALVES, Marcony Lopes. Notas sobre cachimbos de barro no Brasil (séc. XVIII e XIX). **Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, Belo Horizonte, v. 7 (Suplemento, 2015), p. 1101-1111, 2016.

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da cidade de Salvador**. Salvador: Editora Itapuã, 1969, 427p.

CASIMIRO, Tânia Manuel. Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística. **Revista de Arqueologia Portuguesa**, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, v. 16, p. 351-367, 2013. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/rpa/rpa16/19_351-367.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

COSTA, Carlos Alberto Santos. **A influência do Colégio dos Jesuítas na configuração da malha urbana de Salvador-BA** (1549-1760). 2005. 169 p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – PPGARQ, UFPE, Recife, PE, 2005.

COSTA, Carlos Alberto Santos. A Sé primacial do Brasil: uma perspectiva histórico-arqueológica / Brazil's primatial church: a historical-archaeological perspective. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, Campinas, Centro de História da Arte e Arqueologia da UNICAMP, v. 1, n. 15, p. 51-82, 2011. Disponível em: <https://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2015%20-%20artigo%203r.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.

COSTA, Carlos Alberto Santos; COMERLATO, Fabiana. Arqueologia do Baixo Sul da Bahia: residências rurais do século XIX em Itacaré, Bahia, Brasil. **Revista Noctua**, Recife, Fundação Paranã-buc, v. 1, n. 3, p. 66-75, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.26892/noctua.v1i3p66-75>. Acesso em: 17 fev. 2020.

COSTA, Carlos Alberto Santos; COMERLATO, Fabiana.; CUNHA, Cinthia da Silva. Arqueologia do Baixo Sul da Bahia: Engenho Rio de Contas, Itacaré, Bahia, Brasil. **Revista de Arqueologia**, Belém, Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 1, n. 31, p. 256-281, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24885/sab.v31i2.607>. Acesso em: 17 fev. 2020.

COSTA, Carlos Alberto Santos; COMERLATO, Fabiana; PEIXOTO, Leandro Max; DIAS,

Jeanne Almeida. **Patrimônio cultural de Camaçari e Simões Filho**: resultados da BA-093. Cruz das Almas: UFRB, 2015, 82p.

COSTA, Carlos Alberto Santos; ETCHEVARNE, Carlos Alberto; MACEDO, José Manuel Martins van Zeller de. Arqueologia da mineração na Bahia: avaliação e caracterização do potencial arqueológico da Vila de Xique-Xique de Igatu, Andaraí. In: **Anais do XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, v. 2. Belém: SAB, 2011.

DEETZ, James. **In Small Things Forgotten**: an Archaeology of Early American Life. New York: Anchor Press, 1977, 304p.

ETCHEVARNE, Carlos Alberto. O Indígena e o Colonizador. Documentos arqueológicos acerca do contato, em Porto Seguro. In: **Catálogo da Exposição O Índio Nós**. Lisboa: Museu Arqueológico de Lisboa, 2000.

ETCHEVARNE, Carlos Alberto. Inferências sócio-históricas no âmbito do sítio arqueológico da antiga Sé de Salvador. In: **Anais da XI Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, v. 1. Rio de Janeiro: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2001.

ETCHEVARNE, Carlos Alberto; BEZERRA, Alvandyr Dantas; BEZERRA, Mirta Kelen Barbosa; RIBEIRO, Márcia Cristina Labanca. Ladeira da Barroquinha entre o século XVIII e XIX. Um setor da cidade de Salvador em expansão. In: **V Reunião da SAB Nordeste – Nós, arqueólogos, e os outros: ação e reflexão sobre o papel da arqueologia no Nordeste** - livro de resumos da V Reunião da SAB Nordeste. Cruz das Almas: UFRB, 2018, p. 71-72.

ETCHEVARNE, Carlos Alberto; COSTA, Carlos Alberto Santos. Origem, auge, decadência e processos de resignificação de cidades históricas da Bahia. BERNARDES, João Pedro; ETCHEVARNE, Carlos Alberto; LOPES, Maria da Conceição; COSTA, Carlos Alberto Santos. **Arqueologia Urbana em Centros Históricos**. Faro: Universidade do Algarve / Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, 2018, p. 68-79.

DURAN, Leandro Domingues; RAMBELLI, Gilson. Arqueologia subaquática no “umbigo” da Baía de Todos os Santos. **Habitus**, Goiânia, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da PUCGO, v. 13, n. 2, p. 89-104, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18224/hab.v13.2.2015.89-104>. Acesso em: 17 fev. 2020.

FERNANDES, Henry Luydy Abraham; COSTA, Carlos Alberto Santos. Arqueologia do Baixo Sul da Bahia: condicionantes espaciais na implantação de engenhos de açúcar. **Revista de Arqueologia**, Belém, Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 1, n. 22, p. 137-156, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.24885/sab.v22i2.279>. Acesso em: 17 fev. 2020.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Archaeology, History, and Historical Archaeology in South America. **International Journal of Historical Archaeology**, Nova Iorque, Springer Nature, v. 1, n. 3, p. 189-206, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; HALL, Martin; JONES, Sian. **Historical Archaeology**: back from the edge. Nova Iorque | Londres: Routledge, 1999, 350p.

GOMES, João Pedro. Entre o trato e a bagagem: circulação de faiança entre Lisboa e Salvador da Bahia (séculos XVI e XVII). **Revista de Artes Decorativas**, Porto, Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Arte da UC-PT, n. 5., p. 179-195, 2011.

GORDENSTEIN, Samuel Lira. Planting Axé in the City: Urban Terreiros and the Growth of Candomblé in Late Nineteenth-Century Salvador, Bahia, Brazil. **Journal**

of **African Diaspora Archaeology and Heritage**, Londres, Taylor & Francis, v. 5, p. 71-101, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21619441.2016.1204791>. Acesso em: 17 fev. 2020.

HALL, Martin; SILLIMAN, Stephen; WURST, LouAnn. **Historical Archaeology**. Malden | Oxford | Victoria: Blackwell Publishing, 2006, 341p.

HENRIQUE, Juliana da Silva. **A Feira de Capuame: pecuária, territorialização e abastecimento**. 2014. 238 p. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, USP, São Paulo, SP, 2014.

IPAC-BA. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia: Monumentos e Sítios do Recôncavo**, v. 1. Salvador: SECTUR-BA, 1982.

IPAC-BA. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia: Monumentos e Sítios do Recôncavo**, v. 2 – Salvador: SECTUR-BA, 1982.

LIMA, Tania Andrade. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Museu Paulista, v. 1, n. 1, p. 225-262, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a15v1n1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.

LIMA, Tania Andrade; BRUNO, Maria Cristina Oliveira; FONSECA, Marta da. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, século XIX: a Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ (exploração arqueológica e museológica). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Museu Paulista, v. 1, n. 1, p. 179-206, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a13v1n1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.

MAJEWSKI, Teresita; GAIMSTER, Davi. **International Handbook of Historical Archaeology**. Nova Iorque: Springer, 2009, 698p.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. **Fortunas coloniais: elite e riqueza em Salvador (1760-1808)**. 1999. 386 p. Tese (Doutorado em História) – PPGH, USP, São Paulo, SP, 1999.

MELLO NETO, Ulisses Pernambucano. O Galeão Sacramento (1668) - um naufrágio do século XVII e os resultados de uma pesquisa de Arqueologia Submarina na Bahia. **Revista Navigator**, v. 13, p. 7-40. 1976/1977.

NAJJAR, Rosana Pinhel Mendes. **Arqueologia no Pelourinho**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2010, 288p.

NASCIMENTO, Luis Augusto Viva. **A primeira igreja do Brasil: arqueologia e preservação**. 2004. 182 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PPGCS, UFBA, Salvador, BA, 2004.

NASCIMENTO, Luis Augusto Viva. Intervenção de resgate em uma unidade de produção açucareira do século XVI: o Engenho do Itacimirim. In: **X Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Recife: Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1999.

NEVES, Erivaldo Fagundes; ANTONIETA, Miguel. **Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos Sertões da Bahia**. Salvador: Editora Arcadia, 2007, 272p.

ORSER JR., Charles. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992, 142p.

ORSER JR., Charles. **A Historical Archaeology of the Modern World**. New York, Plenum Press, 1996, 248p.

ORSER JR., Charles. **Encyclopedia of Historical Archaeology**. Nova Iorque | Londres: Routledge, 1999, 677p.

ORSER JR., Charles. The Anthropology in American Historical Archaeology. **American Anthropologist**, Arlington, American Anthropological Association, v. 103, n. 3, p. 621-632, 2001.

ORSER JR., Charles; FAGAN, Brian. **Historical Archaeology**. Nova Iorque: Harper-Collins, 1995, 291p.

PAIVA, Zafenathy Carvalho de; FAGUNDES, Marcelo; BORGES, Joina Freitas. 'Uma baforada sim sinhô': cachimbos de escravos para se entender a dinâmica socio-cultural da Diamantina oitocentista. **Revista Tarairú**, Campina Grande, Universidade Estadual da Paraíba, vol. IV, nº 1, p. 165-186, 2015. Disponível em: <http://revistatarairiu.blogspot.com/2015/02/uma-baforada-sim-sinho-cachimbo-de.html>. Acesso em: 17 fev. 2020.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología: teoría, métodos y prácticas**. Madrid: Akal editora, 1993, 576p.

RUSSO, Arnaldo. **Livro das moedas do Brasil (1643-1986)**, 5ª ed. São Paulo: Perfecta Artes Gráficas Ltda, 1986, 396p.

SCHIFFER, Michael Brian. **Formation Processes of the Archaeological Record**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987, 428p.

SCHUYLER, Robert Livingston. Historical and Historic Sites Archaeology as Anthropology: Basic Definitions and Relationships. **Historical Archaeology**, Maryland, Society for Historical Archaeology, v. 4, p. 83-89, 1970.

SOUSA, Ana Cristina de. **Povoados de Cachoeirinha e Massaranduba (Vale do Jequitinhonha, BA): a relação entre espaço, agentes e contexto sócio-econômico**. 2006. 292 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PPGCS, UFBA, Salvador, BA, 2006.

SOUSA, Avanete Pereira. **A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas**. São Paulo: Alameda, 2012, 296p.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Exposição e Isolamento: Práticas de descarte de refugo e mudanças de visão de mundo em um ambiente rural: o Sítio Fazenda Camurugi (BA). **Revista de Divulgação Científica**, Goiânia, v. 4, p. 113-138, 2001.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES, W. F. *et al* (Orgs.). **Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira**. São Paulo: Annablume, 2009, p. 279-310.

TAVARES, Áurea Conceição Pereira. **Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador: postura das instituições religiosas africanas frente à igreja católica em Salvador no período escravista**. 2006. 137 p. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – PPGARQ, UFPE, Recife, PE, 2006.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. Joga lá nos fundos!: sobre práticas de descarte de lixo doméstico na Porto Alegre oitocentista. **Arqueología Suramericana**, Cauca, Universidad Nacional de Catamarca, v. 1, n. 1, p. 49-75, 2005.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. **Fica dentro ou joga fora?** Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista. 2004. 334 f. Tese (Doutorado em História) – PPGH, PUCRS, Porto Alegre, RS, 2004.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin; SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira; OZÓRIO, Sérgio

Rovan; OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de; CAPPELLETTI, Ângela Maria. **A faiança fina em Porto Alegre**: vestígios arqueológicos de uma cidade. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2001, 168p.

TORRES, Rodrigo de Oliveira. Projeto Observabaía: Patrimônio Cultural Subaquático da Baía de Todos os Santos. Relatório Parcial 2015. **Navigator**: subsídios para a história marítima do Brasil, Rio de Janeiro, Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, v. 12, n. 23, p. 140-153, 2016. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig24/art/N24_art5.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

VILHENA, Luis dos Santos. **A Bahia do século XVIII**, v. I. Bahia: Editora Itapuã, 1969, 292p.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Por uma arqueologia de Canudos e dos brasileiros ilustres. **O olho da História**: Revista de História Contemporânea, Salvador, v. 2, n. 3, p. 167-171, 1996.

ZARANKIN, Andrés. El Sur por el Sur: una revisión sobre la historia y el desarrollo de la arqueología histórica en América meridional. **Vestígios** - Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, v. 1, n. 1, p. 17-48, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.31239/vtg.v1i1.10733>. Acesso em: 17 fev. 2020.